


CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÁ VIII LTDA.

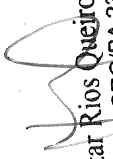
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em milhares de reais - R\$

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	Fornecedores	4	2	-
Total dos ativos circulantes		-	-	Total dos passivos circulantes		2	-
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado em curso	3	73	1	Capital social		-	-
Total dos ativos não circulantes		73	1	Recursos para futuro aumento de capital		105	25
				Prejuízos acumulados		(34)	(24)
				Total do patrimônio líquido		71	1
TOTAL DOS ATIVOS		<u>73</u>	<u>1</u>	TOTAL DOS PASSIVOS		<u>73</u>	<u>1</u>
				E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>73</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Ney Maion de Freitas
Diretor


Cezar Rios Queiroz
Contador - CRC/BA 23120
CPF 905493335-68

	31/12/2015	31/12/2014
DESPESAS		
Gerais e administrativas	(10)	(17)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(10)	(17)
Prejuízo por ação (expresso em reais - R\$)		
Básico	(1,00)	(1,70)
Diluído	(1,00)	(1,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fay Maron de Freitas
Diretor

Cezar Rios Queiroz
Contador - CRC/BA 23120
CPF 905493335-68

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(10)	(17)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(10)</u>	<u>(17)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS ITAPUÁ VII LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Recursos para futuro aumento de capital	5	-	(7)	7	-
Prejuízo do exercício		-	-	18	18
		-	(17)	-	(17)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Recursos para futuro aumento de capital	5	-	(24)	25	1
Prejuízo do exercício		-	-	80	80
		-	(10)	-	(10)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
		-	(34)	105	71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2015	31/12/2014	Nota explicativa
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(10)	(17)	
Prejuízo exercício	(10)	(17)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(70)	(1)	
Aquisição de imobilizado	(70)	(1)	3, 9
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(70)	(1)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	80	18	
Recursos para futuro aumento de capital	80	18	5
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	80	18	
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-	
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”). A Companhia foi constituída em 13 de maio de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente os parques eólicos “Mulungu”, “Pau Santo”, e “Quina”, localizados no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Segundo Portarias nº 241, 242 e 285 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 1 de outubro de 2017.

Em 22 de julho de 2015, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1 de outubro de 2017.

Mês	Índice de reajuste de	Prazo	Valores			
			Prego atualizado	Prego histórico	Energia anual contratada (MWh)	Valor original do Contrato
novembro	IPCA	set/37	139,61	138,90	56.940	158.288
novembro	IPCA	set/37	139,61	138,90	80.592	224.038
novembro	IPCA	set/37	139,61	138,90	45.552	126.630
		out/17	139,61	138,90		
		out/17	139,61	138,90		
		set/37	139,61	138,90		
		set/37	139,61	138,90		

A capacidade de produção instalada dos parques “Mulungu” é de 14,70 MW, “Pau Santo” é de 18,00 MW e “Quina” é de 10,80 MW.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de março de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa 3); e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 7).

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros (nota explicativa 7)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis a aquisição e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015.

2.5.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

2.5.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.5.4. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.6. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de despesas abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.7. Imposto de renda e contribuição social

Para 31 de dezembro de 2015 e 2014 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base no lucro real e nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

2.5.8. Adoção de pronunciamientos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2015, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamientos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2016 as quais a Administração implantará tais pronunciamientos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. IMOBILIZADO

	31/12/2013	Adições	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Imobilizado em curso	-	-	-	-	1
Terrenos	-	-	1	1	1
A ratear	-	1	1	1	72
Total do imobilizado	-	1	1	1	73

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão unitizados antes de sua entrada em operação.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

4. FORNECEDORES

Forneecedores	2
	<u>2</u>
	<u>31/12/2015</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A Renova Energia S.A. é a acionista controladora da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é R\$100 (cem reais) e está representado por 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Recursos para futuro aumento de capital

Em 2015 a Renova Energia transferiu para a Companhia o valor total de R\$80 (2014, R\$18) a título de recursos para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato assinado entre a Companhia e a Renova Energia. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido.

6. DESPESAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas	2	8
Despesas	8	9
Impostos e taxas	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	-
Serviços de terceiros	2	8
Total	<u>10</u>	<u>17</u>

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

a) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem, a estruturação de empréstimos com prazos mais longos e adequados às necessidades atuais.

c) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

8. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia		Importância	Vigência		Segurado
Garantia de execução do fiel cumprimento (LBR 2014)		R\$ 33.903	Início	Fim	ANEEEL
			04/03/2015	01/04/2018	

9. TRANSACÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores - 2

*
*
*

Cezar Rios Queiroz
Contador - CRC/BA 23120
CPF 905493335-68

Ney Marlon de Freitas
Diretor